

ALTERAÇÕES URBANÍSTICAS NA SANTARÉM PÓS-MEDIEVAL

A DIACRONIA DO ABANDONO DE
UMA RUA NO PLANALTO DE MARVILA

HELENA SANTOS lenamps@hotmail.com

MARCO LIBERATO Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa.

marcoliberato@hotmail.com

RICARDO PRÓSPERO GEOTA. ricardoprospero@sapo.pt

RESUMO Uma escavação arqueológica no extremo oriental do Planalto de Marvila, em Santarém, permitiu identificar um arruamento desarticulado nos inícios do século XVII, bem como determinar a sequência da reorganização espacial das construções que o margeavam. Verificou-se também que este processo se iniciou nos finais do século XV e ocorreu uma clara diferenciação na evolução dos dois alçados laterais da rua, decorrente das possibilidades de acesso ao interior dos imóveis a partir da estrutura viária. Esta constatação torna bastante plausível que a estruturação da via identificada, bem como a sua evolução ulterior, se relacionem directamente com a sua localização no interior do espaço dedicado à habitação da minoria judaica nos finais da Idade Média.

PALAVRAS-CHAVE Urbanismo, segregação religiosa, Idade Média, Idade Moderna, Santarém

Os dados apresentados neste texto reportam-se às realidades arqueológicas registadas na “escavação de emergência” dos números 2 a 8 da Avenida Cinco de Outubro em Santarém, intervenção decorrente da necessidade de minimizar os impactos sobre o património cultural resultantes da construção de uma urbanização baptizada pelo seu promotor como *Villa Rosa Pallace*. A salvaguarda pelo registo dos valores patrimoniais decorreu em quatro fases, sendo que apenas duas, a segunda e a terceira – entre Agosto a Novembro de 2007 e Junho a Setembro de 2008 – decorreram sob a coordenação científica de Helena Santos e com a participação de Marco Liberato.

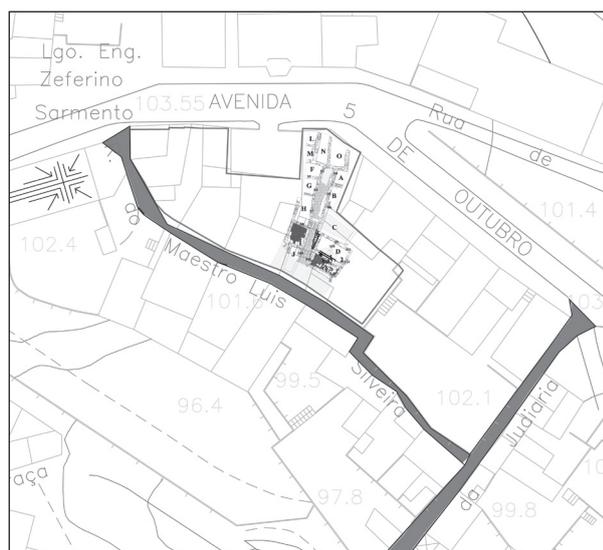
Aquando da chegada desta equipa ao local, o edifício pré-existente, com excepção do seu alçado norte, tinha já sido demolido e na restante área tinham decorrido escavações mecânicas que nalguns locais se traduziram numa alteração altimétrica de cerca de 2,5 metros. Este processo, que destruiu irremediavelmente uma série de estruturas e depósitos arqueológicos, implicou dificuldades acrescidas no momento de interpretar as sucessivas reorganizações da malha cadastral, bem como na definição da sua diacronia.

Apesar desta condicionante, a escavação de cerca de mil metros quadrados permitiu registar 2473 unidades estratigráficas e identificar uma sequência de ocupação que decorreu ao longo de 18 séculos, que apresentamos sucintamente de seguida, sendo que as afirmações

proferidas têm obrigatoriamente um carácter preliminar e as interpretações aventadas poderão sofrer alterações de pormenor com a prossecução do tratamento dos dados.

A ocupação deste espaço ter-se-á iniciado no período romano imperial, quando acolheu uma necrópole de incineração que servia *Scallabis*. Algumas das urnas identificadas encontravam-se sob o depósito [1606], caracterizado pela abundância de materiais, onde se destaca a ocorrência de ânforas e cerâmica campaniense, mas que embalava também *sigillatas* itálicas e sudgálicas, que segundo classificação preliminar do Professor Doutor Carlos Fabião, a quem agradecemos, serão anteriores à primeira metade do século I d.C.

O processo de formação desta camada, com cerca de 60 cm de potência, não se afigura evidente, uma vez que não corresponde a uma reconversão da função funerária da área, tendo sido interceptada posteriormente por um possível *ustrinum* e por várias sepulturas de inumação. De momento não podemos aferir definitivamente se estas soluções de enterramento coexistiram temporalmente ou se sucederam. A inexistência de espólio em muitas das inumações constituiu uma dificuldade adicional à sua rigorosa integração cronológica mas, por outro lado, a ausência de espólios votivos em contextos sepulcrais de época romana sugere fortemente cronologias tardias dentro deste período.



1. Localização da escavação arqueológica num extracto da carta cadastral de Santarém (adaptação). A cinzento-escuro, os eixos viários da judiaria quatrocentista.

Os dados recolhidos permitem asseverar que esta área continuou a ser utilizada como necrópole ao longo da Alta Idade Média, mau grado as mutações políticas e culturais que foram ocorrendo. Assim, foi identificado um núcleo de sepulturas com orientação E-O, formado por associações de sepulcros, agrupamentos que poderão corresponder a inumações de indivíduos de uma mesma família, opção bastante difundida neste período (Rippol Lopez, 1998, p. 412). Nalgumas foi recolhido espólio funerário que permite enquadrá-las nos séculos VI-VII, nomeadamente um jarro com paralelos evidentes noutras necrópoles peninsulares (Carmona Berenguer, 1991, p. 384-386; López Ruequena e Barros Cabrera, p. 309).

Este espaço continuou a acolher os defuntos da população islamizada após 714, como nos revelam os enterramentos com típica deposição em decúbito lateral direito, que interceptam muitas vezes inumações anteriores. Podemos portanto concluir, dadas as características partilhadas pela civilização romana e muçulmana no que toca à implantação dos necrotérios, que esta área se encontrava relativamente afastada das áreas mais densamente povoadas, correspondendo portanto à área peri-urbana quer da *civitas* romana quer da medina califal.

É necessária uma observação sistemática de todos os materiais recolhidos, bem como das correlações estratigráficas registadas, para avançar com uma cronologia mais rigorosa para a reconversão da funcionalidade deste espaço, ocorrida com o abandono da necrópole islâmica. No entanto, podemos asseverar que o mesmo seria já uma realidade no século XI, a julgar pelos materiais recolhidos nos níveis de abandono de algumas estruturas negativas que, aquando da sua abertura, interceptaram enterramentos depositados

de acordo com os preceitos muçulmanos.

No entanto, esta área manteve a sua feição periférica ao longo das centúrias seguintes. De facto, o registo arqueológico permite entrever que, entre os séculos XI e XIV aqui se instalaram o que parecem ser unidades de tratamento de curtumes, se procedeu à extracção de calcário para construção, observando-se ainda a ocorrência de actividades relacionadas com a metalurgia, nomeadamente a acumulação massiva de escória. A completar este quadro de actividades em geral afastadas das áreas centrais dos núcleos urbanos, assinala-se a frequente escavação de estruturas negativas de formatos e dimensões variadas já mencionadas, bem como a identificação de quatro fornos dedicados à produção de cerâmica comum.

Só na Baixa Idade Média se assistiu à densificação da ocupação do espaço, em especial no centro da zona intervencionada, certamente relacionado com um processo de expansão urbana e com o correspondente crescimento da malha cadastral adstrita à função residencial. Um dos elementos estruturantes da ocupação desta área, uma cisterna, foi construído durante o século XIV, uma vez que os materiais recolhidos no enchimento da sua abóbada – ilustrados na figura 6, [1097] – correspondem a formas de jarras, caçoilas e cântaros, frequentes nos contextos trecentistas de Santarém (Liberato, 2011, anexo VI).

Muito embora a sistematização das correlações estratigráficas entre os depósitos e as estruturas identificadas se encontre numa fase preliminar, tudo indica que a estruturação deste conjunto urbano, composto por um arruamento ladeado por várias habitações, como pode ser observado nas figuras 2 e 3¹, se tenha processado na mesma centúria. Na transição do século XV para a século XVI o eixo viário foi calçeteado com blocos de calcário, estrutura registada como [320].

Os dados são mais seguros no que toca ao abandono e reconversão do mesmo, processo que se terá iniciado nos finais do século XV quando o compartimento C foi abandonado e aterrado com um depósito com cerca de 1,80 m de espessura – que permitiu vencer a diferença de cota com o compartimento B – momento a partir do qual se passou a aceder a este espaço pela soleira S6. Na mesma época foi edificado o ambiente E(a), pavimentado com um piso de tijoleiras, sendo que o bocal da cisterna mencionada passou a estar integrado no interior desta construção.

Poucas décadas volvidas, durante a primeira metade do

1. O registo gráfico apresentado reporta-se ao momento de identificação e definição das estruturas, sendo que muitas das soleiras entulhadas não se encontram representadas. Em publicações futuras pretendemos apresentar as diversas sequências de circulação e ocupação de forma mais documentada.

QUADRO I - Unidades de abandono do alçado Este da rua

Compartimento	Unidade estratigráfica do abandono	N.º de fragmentos cerâmicos recuperados	Associação material/representatividade	Cronologia proposta
A	[27]	46	Faiança portuguesa monocromática (16)	Século XVII
B	[56]	730	Porcelanas pintadas a azul (13) Majólica com esmalte «beretrino» (2) Faiança portuguesa monocromática (2)	Finais do século XVI
C	[43]	191	Azul e morado (1) Esmaltadas da região de Valência (4)	Finais do século XV
D	[187]	165	Majólica Países Baixos (1) Pratos com vidrado melado (2)	Século XVI
E [B]	[6]	24	Faiança portuguesa monocromática (1) Porcelana monocromática (1)	Inícios do século XVII
	[7]	53	Azulejo de aresta (2) Azul sobre branco figurativo (1)	

século XVI, o alçado Norte do ambiente E recua para Sul e o bocal da cisterna passa a ser acedido a partir do compartimento D – cuja parede Oeste se apoiou na soleira da antiga habitação C (entretanto entulhada), a S9 – localizando-se agora o acesso à cisterna no que parece ser um espaço vazio que articulava com essa habitação. A extensa destruição com meios mecânicos não permite entrever se a serventia à água armazenada era agora partilhada pelos locatários do espaço E(b).

No entanto, ainda antes de findar a centúria de Quinhentos, tanto o espaço E(b) como o D estavam já aterrados, muito embora seja verosímil que neste último compartimento se tenha processado apenas um alteamento da cota de circulação, uma vez que no topo da unidade estratigráfica de abandono [187] se identificou o muro [167], que integrava um buraco de gonzo [165] que se sobrepunha, portanto, à soleira oriental quinhentista S12. Uma vez mais, a escavação com meios mecânicos impossibilita uma interpretação mais rigorosa das alterações urbanísticas, mas podemos contudo assegurar que nos finais do século XVI a única soleira virada à rua que servia este núcleo estruturado em torno da cisterna, a S13, se encontrava já desactivada.

O abandono definitivo do extremo Norte do alçado Este do arruamento, entre o século XVI e os inícios do século XVII, é também uma realidade indubitável, uma vez que o compartimento B foi aterrado num momento em que as importações sevillhanas e italianas eram ainda dominantes no repertório cerâmico da cidade, anterior portanto à difusão generalizada da faiança portuguesa pintada a azul. A representatividade desta produção na camada de aterro do compartimento A permite perspectivar que este foi o último espaço a ser anulado no alçado Este do eixo viário, que estaria integralmente abandonado em data próxima de 1600.

De facto, a própria rua será amortizada em toda a sua extensão na mesma cronologia, sendo que as unidades de abandono [44], [143] e [181] ofereceram, em conjunto, 227 fragmentos de faiança portuguesa, sendo que nenhum deles apresenta decoração policromática, o que parece ser um indicador fiável da sua deposição num período anterior à segunda metade do século XVII (Monteiro e Pais, 2003, p. 23). A referência, em 1732, a uma antiga rua nas imediações da igreja de S. Martinho que se encontrava à data convertida em quintais, poderá corresponder-lhe (Cardoso, 132).

QUADRO II - Unidades de abandono do alçado Oeste da rua

Compartimento	Unidade estratigráfica do abandono	N.º de fragmentos cerâmicos recuperados	Associação material/representatividade	Cronologia proposta
F	[5]	133	Porcelana monocromática (1) Majólica policromática de Montelupo (1) Azul sobre branco figurativo (1)	Século XVI
G	[12]	27	Faiança portuguesa monocromática (7)	Século XVII-XVIII
	[13]	63	Faiança portuguesa bicromática (1) Faiança portuguesa monocromática (3) Faiança portuguesa bicromática (1)	
H	[172]	46	Faiança portuguesa monocromática (2) Faiança portuguesa bicromática (3)	Século XVII-XVIII
I	[30]	23	Faiança portuguesa monocromática (1) Porcelana monocromática (1)	Século XVII
J	[156]	23	Faiança portuguesa monocromática (9)	Século XVII



2. Vista aérea (parcial) da malha cadastral tardo-medieval.

Abandonado o eixo viário, as habitações do alçado Oeste deixaram de poder utilizar as soleiras orientadas para o beco, as S₂, S₃, e S₁₄, mas pelo menos dois dos compartimentos, G e H, continuaram a ser utilizados até ao século XVIII, embora o acesso se efectuasse certamente a Oeste, uma vez que a rua estava entulhada².

As fontes documentais permitem estabelecer que esta rua estava localizada no interior da judiaria quatorcentista, cujos eixos principais seriam as actuais Rua Maestro Luis da Silveira e a Travessa da Judiaria, correspondendo às vias medievais denominadas como Rua de S. João de Alpram e Rua Nova da Judiaria (Viana, 2007, p. 114). Ao cruzar esta informação com a evolução diferenciada dos alçados laterais da rua, podemos equacionar que as soluções urbanísticas verificadas nesta área até aos finais da Idade Média se relacionaram directamente com questões normativas, mais concretamente com a imposição da segregação e da coarctação de movimentos à minoria judaica. De facto, verifica-se que posteriormente não foi a área que se tornou

2. No compartimento H surgiu um gonzo, S₇, cuja cota se compagina com um acesso ao topo da colmatação da rua. No entanto, não estrutura uma soleira e pode corresponder apenas ao reaproveitamento de um elemento deslocado de outro local, utilizado aqui como material de construção.

pouco atractiva, fomentando um abandono massivo, assistindo-se antes a uma reorganização das lógicas de circulação, aterrando-se um antigo beco que, na nossa perspectiva, se teria estruturado no contexto de uma forte pressão demográfica daquela comunidade que já não encontrava suficiente espaço para habitar no interior da judiaria no último quartel do século XIV (Cardoso, 2001, p. 122; Beirante, 1980, p. 92).

Essa conjuntura terá resultado na extrema densificação do edificado e no correlativo surgimento de um espaço de circulação acanhado, pouco ensolarado e insalubre, propenso à acumulação de «imundícies», verdadeira obsessão das autoridades concelhias medievais, que muitas vezes tentavam obviar este problema autorizando a construção privada em espaços vazios anteriormente públicos, demasiado apelativos enquanto repositório de despejos domésticos, alienação que, em última análise, constituía uma medida de saúde pública (Beirante, 1995, p. 86). De resto, a estrutura [1154] poderá corresponder ao registo material dessa tendência, na medida em que anulou um ângulo no eixo viário especialmente propenso para o depósito de detritos e não parece articular com nenhum compartimento, sendo que a estratigrafia demonstra ter sido erigida num momento anterior ao calcetamento da via.

Desaparecida a imposição do confinamento da comunidade judaica, após o édito de expulsão de 1496, os habitantes da área puderam iniciar um processo de reorganização da circulação que, no espaço de um século, culminou no total abandono do acanhado beco e na sua eventual reconversão a espaço de cultivo.



3. Conjunto urbano identificado na intervenção arqueológica.

QUADRO III - Unidades de abandono do alçado Oeste da rua

Compartimento	Unidade estratigráfica do abandono	N.º de fragmentos cerâmicos recuperados	Associação material/representatividade	Cronologia proposta
L	[17]	5	Escudelas de pegas vidrada (1)	Século XVI?
M	[18]	10	Cerâmicas Moldadas (3)	Século XVI-XVII
N	[11]	12	Fragmentos muito diminutos	Sem proposta
O	[4]	41	Majolica policroma de Montelupo (1) Faiança portuguesa bicromática (1) Faiança portuguesa monocromática (9)	Séculos XVII-XVIII

Esta linha de interpretação, que relaciona a morfologia da malha cadastral com a presença do elemento judaico, encontra também apoio na estruturação e na evolução do alçado Norte.

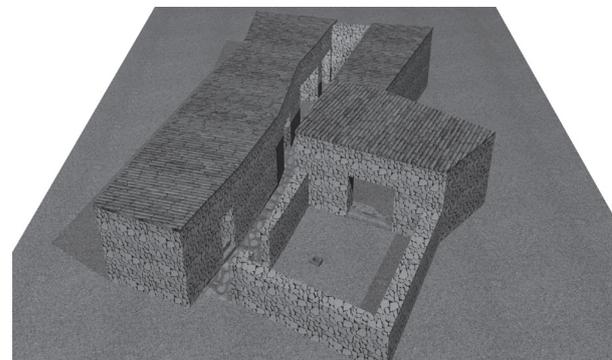
Aqui foram identificados quatro compartimentos, sendo que nenhum deles apresenta soleiras viradas ao beco, o que parece demonstrar que a serventia para estas construções não se articulava com o mesmo, mas antes com o eixo preferencial de comunicação entre o planalto de Marvila e a Alcáçova, actualmente denominado de Rua Cinco de Outubro, uma das vias mais calcorreadas da Santarém medieval³. A construção dessa massa edificada poderá mesmo ter tido como objectivo final coarctar a passagem entre a judiaria e este eixo viário, permitindo uma gestão mais eficaz da circulação da minoria e o seu encerramento nocturno na judiaria, que assim necessitaria de apenas três portas, uma no topo da rua de Alpran e as outras duas no extremos da Rua Nova da Judiaria⁴.

Muito embora seja ainda prematuro avançar com uma cronologia para a estruturação dos compartimentos M, N, O e L, uma vez que o conjunto artefactual ainda se encontra em fase de estudo, os materiais recolhidos neste último ambiente permitem perspectivar que já se encontrava construído num momento anterior ao século XVI, como nos informa a recolha de um ceitel de Afonso V, bem como de um perfil completo de uma escudela esmaltada pintada a azul na [424]⁵, que corresponderá ao piso de circulação desta habitação, o que demonstra que antes do édito de expulsão, a rua identificada na escavação já não tinha serventia para a actual Rua Cinco de Outubro.

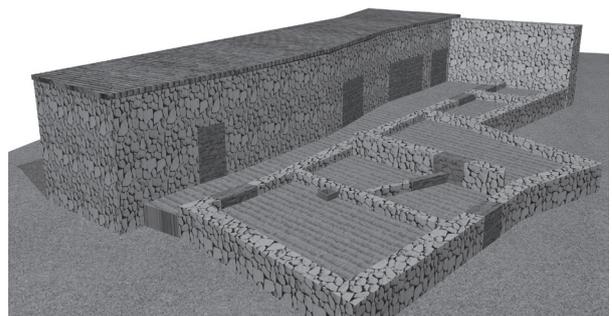
Pelo menos o compartimento O manteve-se ocupado até à segunda metade do século XVII, ou mesmo durante a centúria seguinte, a julgar pela presença de faiança bicromática na sua camada de abandono, sendo portanto habitado várias décadas após o abandono do

beco, o que demonstra definitivamente que o acesso não dependia desse eixo viário e obedecia a lógicas de circulação e de ocupação do espaço totalmente distintas das habitações com que confinava a Sul.

Em conclusão, a evolução da malha urbana desta área estará intimamente relacionada com a sua localização no interior da judiaria. A pressão demográfica, bem como a vontade de coarctar a circulação da minoria por parte dos poderes cristãos, terá condicionado o surgimento de um eixo viário com uma largura diminuta, mas que permitia o acesso a uma série de habitações, sendo que esta unidade construtiva se encontrava estruturada na segunda metade do século XV. Quando a tutela normativa desapareceu, nos finais dessa centúria, as habitações com acessos alternativos ao acanhado e



4. Reconstituição ideal da malha cadastral na segunda metade do século XV.

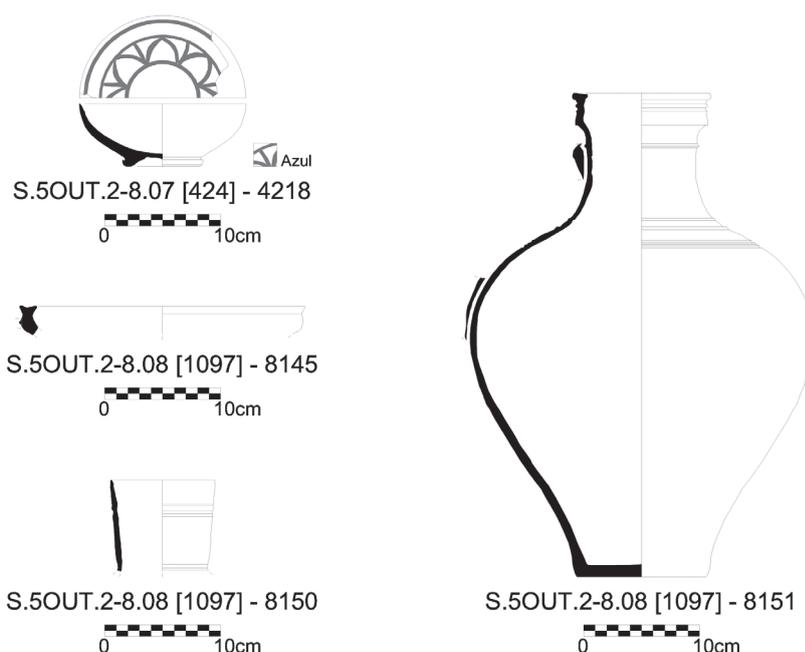


5. Reconstituição ideal da malha cadastral nos inícios do século XVII.

3. A «via pública que vem da porta de Alpran e vai para a porta da alcáçova» mencionada em 1249 (Viana, 2007, p. 115).

4. A porta localizada no extremo Sul desta via encontra-se expressamente referida na documentação quatrocentista (VIANA, 2007, p. 114)

5 Ilustrada na figura 6.



6. Materiais arqueológicos recolhidos na [1097] e [424].

insalubre beco, mantiveram-se ocupadas, enquanto outros indivíduos reorientaram a entrada das suas moradias, prescindindo da circulação naquele espaço. Por contraponto, o alçado Este, possivelmente sem serventia alternativa à rede viária da cidade, desarticulou-se de forma solidária com o abandono do beco e deixou

de acolher moradores. A continuação da sistematização dos dados traduzir-se-á certamente na clarificação da morfologia da malha cadastral em toda a área escavada, permitindo no futuro uma apresentação mais documentada das problemáticas aqui afloradas.

BIBLIOGRAFIA

- BEIRANTE, M. A. (1980) – *Santarém medieval*. Lisboa: Universidade Nova.
- BEIRANTE, M. A. (1995) – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- CARDOSO, M. de S. (2001) – *As Muralhas de Santarém. Interpretação e enquadramento histórico-arqueológico*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém.
- CARMONA BERENGUER, S. (1991) – Estudio tipológico de la cerámica funeraria de la necropolis de el Ruedo. Almedinilla. Córdoba. *Anales de Arqueología Cordobesa*. 2, p. 384-386.
- CARTA, R. (2003) – *Cerámica italiana en la Alhambra (Granada)*. Granada: Grupo de Investigación «Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada».
- DEAGAN, K. (1987) – *Artifacts of the spanish colonies of Florida and The Caribbean, 1500-1800. Volume I: Ceramics, glassware and beads*. Washington D.C/Londres: Smithsonian Institution Press.
- DÓRDIO, P.; TEIXEIRA, R. e SÁ, A., (2001) – Faiança do Porto e Gaia: O recente contributo da Arqueologia. In *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Porto: Museu Nacional Soares dos Reis. p. 119-164.
- GOMES, M.V. e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV a XVI do poço-cisterna de Silves. *Xelb*. 3, p. 143-205.
- LIBERATO, M. (2011) – A cerâmica pintada a branco na Santarém Medieval. Uma abordagem diacrónica: séculos XI a XVI. Lisboa: dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à FLUL da Universidade de Lisboa.
- LÓPEZ RUEQUENA, M. e BARROS CABRERA, R. (1998) – La necropolis hispano-visigoda de la "Dehesa de la Casa los Balconcillos" (Fuentes, Cuenca). In *Jornadas Internacionales "Los visigodos y su mundo"*. Ateneo de Madrid. Noviembre de 1990. Madrid: Consejería de Educacion y Cultura – Comunidad de Madrid. p. 299-317.
- MONTEIRO, J. e PAIS, A., (2003) – *Faiança Portuguesa da Fundação Carmona e Costa*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- RIPPOL LOPEZ, G. (1998) – Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispânia. *Espacio, Tiempo y Forma: Prehistoria y Arqueología*. Tomo 2, p. 389-418.
- SEBASTIAN, L. e CASTRO, A. S. e (2008) – A Faiança Portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca. Metodologia e resultados preliminares. *Al-Madan* [em linha]. Adenda electrónica. S.2, 16. p. 1-33 [Consult. 27 Out. 2011]. Disponível em WWW: (URL: <http://www.almadan.publ.pt/16ADENDA09LuisSebastian.pdf>).
- SOME MUÑOZ, P. e HUARTE CAMBRA, R. (1999) – La cerámica Moderna en el Convento Del Cármén (Sevilla). *Arqueología Medieval*. 6, p. 160-171.
- VIANA, M. (2007) – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa. Santarém 1147-1350*. S.l.: Caleidoscópio – Edição e artes gráficas, SA/Centro de História da Universidade de Lisboa.